

“A aprendizagem diária, contínua e conjunta é o ponto crucial do sucesso.”

Patrícia de Jesus Monteiro fundou a PJM Advogados em 2009, em Cascais. Desde então, construiu uma sólida reputação de grande rigor ético e profissionalismo no exercício da advocacia. Nesta entrevista fala-nos dos desafios dos novos tempos, cada vez mais alicerçados no mundo digital para responder às crescentes exigências dos clientes. Aproveitámos também para falar da situação atual na Ucrânia, até porque a PJM Advogados se prontificou de imediato a prestar consultas jurídicas Pro Bono a cidadãos ucranianos que delas necessitem. Um verdadeiro exemplo de responsabilidade social e solidariedade.

O que mais a atraiu no Direito e quando decidiu que seria esta a sua vida profissional?

Desde cedo senti a necessidade de “ajudar o próximo”, por volta dos 11/12 anos de idade, e procurava saber mais, ver séries, filmes e ler livros relacionados com a área da justiça. Na verdade, na minha essência, procuro com conhecimentos técnicos jurídicos tentar solucionar os problemas dos cidadãos. E assim decidi escolher a área de Humanidades, nomeadamente o Direito, para evoluir, pois era onde queria aprofundar os conhecimentos e, como tal, sentir-me realizada também pessoalmente. Nunca tive dúvidas que iria ser esta a minha vida profissional.

A Patrícia de Jesus Monteiro é Advogada, mas também gestora e líder de pessoas. Qual das duas facetas a realiza mais?

Ser advogada é também lidar com diferentes pessoas e com diferentes personalidades. O mais gratificante e desafiante é obter a articulação entre as pessoas e poder espelhar isso nos resultados. Lidar com pessoas, cada um com o seu carácter, não é fácil. Daí ser importante geri-las da melhor forma possível em cada caso em concreto e, para isso, comunicar bem e com clareza é cada vez mais fundamental.

O cuidado e a atenção personalizada no atendimento ao cliente marcam a sua forma de atuar. Como é que se consegue influenciar positivamente toda a organização a ter o mesmo respeito e brio em todos os momentos?

Desde o início que na PJM Advogados a preocupação crucial foi colaborar com profissionais com conhecimentos técnicos na área. Mas que, principalmente a nível pessoal, de educação e trato com os outros, fossem exemplares e de excelência. No escritório todos tentamos gerir a agenda por forma a que o tempo seja de qualidade e o cliente se sinta confortável, sem stress. Fazemos sempre um apurado “trabalho de casa” para que, quando o cliente chega, nós já tenhamos em mente uma estratégia planeada para lhe apresentar e debater em conjunto.

Têm no vosso site uma citação de Voltaire, onde o filósofo

francês diz que “a Advocacia é a mais bela profissão do mundo.” Que significado tem para si esta afirmação e porque a escolheu?

A génese da escolha desta citação passa, em primeira tónica, por estarmos presentes simultaneamente na vida, na casa, na privacidade dos vários cidadãos que nos procuram, tentando chegar ao encontro das suas expectativas, dentro dos ditames do direito, evitando o conflito sempre que possível. Ao dizer-se que a advocacia é “A mais bela profissão ...” significa, na realidade, fazer parte ativa na transformação de vida dos cidadãos e, para isso, a aprendizagem diária, contínua e conjunta é, para nós, o ponto crucial do sucesso.

Colaboram pontualmente com a Pro Bono Portugal, contribuindo assim para uma sociedade mais justa,



auxiliando os mais desfavorecidos socialmente a conseguirem também aceder à justiça. Ainda este mês, mesmo em cima do acontecimento, solidarizaram-se face à invasão militar da Rússia à Ucrânia, disponibilizando-se para a realização de consultas jurídicas Pro Bono aos cidadãos ucranianos. Para além de lhe pedir um comentário a esta vossa medida de responsabilidade social, aproveito também para lhe perguntar como olha para este conflito e para os seus efeitos?

Prestamos pontualmente um serviço jurídico voluntário para as beneficiárias da Pro Bono Portugal e tem sido uma grande experiência, quer pela gratidão quer pelo bom acolhimento, pelas beneficiárias das estratégias adotadas. Nós, como profissionais de áreas técnicas e específicas, temos o dever da responsabilidade social. Em paralelo, também dou consultas Pro Bono a pessoas que possuem dificuldades financeiras, na área da grande Lisboa.

Vivemos uma fase de profunda violação dos direitos humanos e de ameaça à vida e à integridade física dos ucranianos residentes na Ucrânia, a que não podemos ficar indiferentes, sem nada fazer. Assim, procuramos neste momento, na medida das nossas possibilidades, perpetrar serviços jurídicos gratuitos a todos os cidadãos ucranianos que nos procurem. Isto é mais uma iniciativa nossa no campo da responsabilidade social a seguir.

Portugal, e bem, já promoveu e acolheu esta população através da concessão de proteção temporária com dispensa de prova de risco individualizado e concreto.

O conflito na Ucrânia, ao estar à porta da União Europeia, torna-nos ainda mais responsáveis pelas consequências humanitárias desta guerra, originando uma reflexão jurídica e social, generalizada, sobre os caminhos de acolhimento que, em 2015 com a crise dos refugiados, estiveram fechados.

Em suma, pouco se fala, mas há muito tempo que este conflito já estava em cima da mesa. No entanto, triste é o modus operandi como o mesmo se despoletou e desenvolveu provocando inúmeras vítimas colaterais, que muito estão a sofrer. Estamos perante mais um Crime de Guerra. Refira-se alguns factos: Vladimir Putin pode e deve ser chamado a responder criminalmente, podendo inclusivamente ser-lhe emitido um mandato internacional; as provas já estão a ser recolhidas por iniciativa do Tribunal Internacional; e, no contexto das medidas restritivas e/ou sancionatórias, o Estatuto de Roma que prevê a retirada de imunidade aos líderes.

Na PJM apostam num ambiente de trabalho inclusivo e estimulante e acreditam na diversidade de estudos e experiências como fator diferenciador do qual os vossos clientes podem beneficiar. É assim? Há algum exemplo de manifestação dessa diversidade que nos possa revelar?

Somos todas pessoas de diferentes personalidades mas muito dinâmicas e multiculturais que, acima de tudo, tentamos “ler os clientes” prima facie, pois nem sempre todas as questões que nos chegam têm o acolhimento legal pretendido pelo cliente. Na nossa equipa temos profissionais de outras nacionalidades, que não só a portuguesa, o que contribui em muito para o alargamento das nossas competências e visão no que diz respeito às problemáticas de direito internacional que nos chegam. É muito engrandecedor a multiculturalidade. Aprendemos todos!



Orgulham-se de lidar com a era digital com grande naturalidade, fazendo dessas ferramentas alavancas da vossa excelente relação com os clientes. Foi difícil essa adaptação? Quando pensamos no “difícil” sistema judicial português raramente o associamos a processos informáticos fluidos.

A era digital é muito favorável aos mais novos não sendo, no entanto, um fator de bom acolhimento e facilidade de acesso da informação à geração mais antiga. No contacto com o cliente, simplificamos a informação de modo que seja perceptível, utilizando os novos meios de comunicação, tais como a videoconferência, o e-mail, SMS ou WhatsApp. Nas redes sociais tentamos reproduzir informação atual, por vezes complexa, com uma imagem e uma mensagem sucinta e clara. Porém, a gestão desta informação em tempo real não é fácil.

A Justiça é, naturalmente, um tema nevrálgico em qualquer debate sobre o presente e o futuro do país. Aproveitando esta oportunidade, peço-lhe que nos diga quais devem ser, na sua opinião, as principais prioridades legislativas para esta área.

De facto, a justiça é sempre um tema extremamente relevante e complexo, em qualquer debate e em qualquer sociedade. Em causa está a vida dos cidadãos, a vida em sociedade, os direitos, os deveres e os não deveres. Na minha opinião, deveria existir uma determinação de prazo para as entidades e os órgãos da justiça darem resposta aos cidadãos, acompanhados de uma maior fiscalização dos procedimentos apoiados numa legislação específica, a diversos níveis. Por outro lado, é uma preocupação facilitar o acolhimento de todos os refugiados nos ordenamentos bem como medidas de prevenção da própria crise humanitária. Considero também ser cada vez mais importante o Tribunal pugnar pelo respeito dos princípios da proporcionalidade, da transparência, da imparcialidade e da igualdade. A atualização do direito laboral (um tema delicado) é outra área prioritária, na medida em que o código do trabalho continua aquém das atuais necessidades dos trabalhadores, pois estão em posição processual de desigualdade. Uma última nota importante é a promoção da execução do plano de aplicabilidade de energias renováveis com vista à redução da utilização, em grande escala, de combustíveis fósseis, culminando numa transformação no impacto ambiental.

A intenção da nossa equipa é prestar um serviço jurídico completo segundo os ditames do direito que nos são permitidos. É neste contexto que nos apresentamos como profissionais com conhecimentos técnicos e generalistas, aptos a tratar das diversas áreas de Direito. 

